**Título:** A substância do capital

**Autor:** Robert Kurz

**Nacionalidade:** Alemã  **Título original:** (Originalmente publicado em dois artigos nos dois primeiros números da revista *Exit!*, em 2004 e 2005. Tem publicação em francês – La substance du capital - e em inglês – The substance of capital).

**Categoria:** Ensaios de filosofia política

**Escola:** Teoria crítica/Marxismo

**Palavras-chave:** Kurz, capital, trabalho, trabalho abstrato, teoria crítica, substância, colapso, ontologia.

**Tradução:** Marcos Barreira e André Villar Gomez

**Apresentação:** Maurilio L. Botelho

**Revisão:**

**Capa:** Lucas Kröef

**Data lançamento:**

**Número de páginas:** 265

**Dimensão:** 13,3x21cm

**ISBN:** 978-85-7715-823-2

**Tiragem:**

**Sobre o livro:**

"A Substância do Capital" é uma obra monumental que surge como resultado de um projeto de longo prazo liderado pelo renomado teórico Robert Kurz. Trata-se da continuação do projeto iniciado em sua obra anterior, "Razão Sangrenta", que buscava estabelecer uma "antimodernidade emancipatória" a partir das categorias da crítica da economia política e da crítica do sujeito. "A Substância do Capital" aprofunda e expande essas reflexões, consolidando a contribuição única de Kurz para o pensamento crítico contemporâneo.

Propondo-se elaborar reflexão abrangente sobre a "substância" na teoria do valor, o autor mergulha nas categorias tradicionais do marxismo, como trabalho abstrato, valor, substância e crise, questionando suas interpretações convencionais. O objetivo é fazer com que a teoria reflita o seu "núcleo temporal" na era de declínio do capitalismo, o que implica transformar as bases da crítica marxiana da economia política, desafinado impiedosamente a leitura tradicional das categorias fundamentais de Marx.

Dentre as contribuições inovadoras da obra de Kurz, destacam-se:

i) Desconstrução do conceito ontológico de trabalho.

ii) Enfrentamento da falsa oposição entre produção e circulação.

iii) Discussão crítica das teorias do colapso e suas limitações.

iv) Ênfase na necessidade de compreender a dinâmica da crise capitalista.

Assim, "A Substância do Capital" não apenas desafia as bases da teoria econômica, mas oferece uma crítica social radical, reflexão sobre a singularidade histórica da época contemporânea e possibilidades de emancipação além do capitalismo. Sua abordagem provocativa e sua capacidade de desafiar conceitos estabelecidos a tornam uma leitura essencial para aqueles interessados em uma compreensão aprofundada das bases teóricas da crítica do capitalismo.

**Sobre os autores:**

**Robert Kurz (1943-2012)** foi um filósofo, escritor e teórico social alemão, conhecido por sua abordagem ímpar acerca da crítica da economia política elaborada por Karl Marx, procurando pensá-la à luz das transformações sociais contemporâneas.

Na década de 1980, Kurz emergiu como uma figura proeminente na cena intelectual alemã, co-fundando o *Grupo Krisis*, uma influente corrente de pensamento que se opunha às interpretações tradicionais do marxismo. Ele desempenhou um papel ativo na *revista Krisis*, na qual expressou suas ideias sobre a crise estrutural do capitalismo, a crítica do valor, e a necessidade de uma transformação social radical.

A obra de Kurz é caracterizada por sua abordagem crítica ao sistema econômico e social contemporâneo. Seus escritos, incluindo obras como "Razão Sangrenta" e "A Substância do Capital," exploram questões fundamentais relacionadas ao trabalho, valor, e as contradições do capitalismo. Kurz desenvolveu uma perspectiva única que transcendia as fronteiras tradicionais do pensamento marxista.

Sua obra desafiadora e provocativa permanece relevante para aqueles que buscam compreender as dinâmicas complexas da sociedade contemporânea.

**Trechos da apresentação:**

“A Substância do capital é o resultado de um projeto de longo prazo de Robert Kurz e um novo e importante ponto de partida teórico para a transformação das bases da crítica da economia política. A leitura tradicional das categorias fundamentais de Marx como trabalho abstrato, valor, substância e crise é aqui impiedosamente colocada em questão, com a intenção de fazer a teoria refletir o seu “núcleo temporal” na era de declínio do capitalismo. Trata-se de um texto fundamental de aprofundamento e avanço teórico também no interior da assim chamada crítica do valor” (p. 9).

“Kurz retoma, assim, os pressupostos categoriais da nova crítica do valor-cisão, aprofundando suas reflexões anteriores sobre os conceitos de trabalho e valor. Também o conceito de substância, a força conceitual gravitacional que articula trabalho e valor, está no centro da discussão aqui, uma vez que é a própria substância do capital que tem de ser colocada em questão” (p. 10).

“Para desenvolver uma reflexão crítica sobre o conceito de substância, Kurz enfrenta de um lado a ontologia típica do pensamento moderno, fundada em critérios trans-históricos; de outro, ele afronta o relativismo pós-moderno, mostrando como a pretensa superação da metafísica realizada pela teoria contemporânea não deixa de se sustentar em bases ontológicas. O antagonismo entre aqueles que se agarram a conceitos absolutos e os que batem o pé pela relatividade incondicional é tratado como uma contradição inerente à forma social capitalista” (pp. 10-11).

“Kurz reflete ainda sobre o vínculo essencial entre as concepções modernas de tempo e espaço com a natureza “desvinculada” do trabalho: a atividade abstrata transforma a superfície do mundo em um conjunto de coordenadas funcionais para seu movimento e reduz a história a um processo linear em aceleração permanente” (p. 13).

“Aqui temos a reflexão teórica mais avançada para a crise estrutural, entendida como limite lógico do desenvolvimento do moderno sistema produtor de mercadorias: Kurz ressalta que, sem a problematização do conceito de substância e de seu caráter negativo, não é possível compreender a dinâmica da crise capitalista e o caráter inevitável de um limite interno absoluto do sistema. A contradição entre matéria e forma, no núcleo categorial do capitalismo, é fundamental para entender como o desenvolvimento das forças produtivas leva à “dessubstancialização histórica do valor” por meio da expulsão crescente da força de trabalho no processo imediato de produção” (p. 13)

Em A substância do capital, a ontologia do trabalho e a teoria marxista tradicional são completamente arrasadas em suas bases. A insistência nesses termos, a partir daqui, só pode ser tratada como regressão teórica. Já o mesmo não vale para o relativismo pós-moderno: a reflexão de Kurz demonstra como a aversão à crítica do capitalismo sob acusação de “substancialismo” é o figurino adequado para a fuga teórica em um mundo em colapso, pois o estilhaçamento da vida social é reproduzido como rejeição de qualquer crítica social fundamental. De um modo ou de outro, seja como espantalho de um mundo ultrapassado ou como afirmação performática do cotidiano conflagrado, ambas as posições teóricas, por não terem uma compreensão das categorias básicas do capitalismo, também são incapazes de acompanhar as transformações históricas em curso com a Terceira Revolução Industrial e a globalização, com a microeletrônica e a crise do Estado, a dessubstancialização da moeda e o desemprego em massa. E é disto que trata a discussão sobre a substância: não é reflexão presa a algum plano filosófico celestial, mas crítica social radical, autorreflexão da singularidade histórica de nossa época e da possibilidade de emancipação para além do capitalismo e da lógica da cisão na qual ele se sustenta (p. 14-15).

**Trechos do livro:**

A fim de determinar o caráter ideológico do pensamento burguês supostamente pós-metafísico e, em especial, do seu desfecho pseudo-relativista, é preciso relacionar o conceito filosófico de substância com a constituição capitalista da modernidade (p. 27).

Não se trata de suplantar a metafísica, como é cada vez mais assumido com o avanço dessa formação social. Tanto a ciência da natureza moderna quanto a filosofia apologética e a teoria social associadas a ela têm bases metafísicas bem evidentes. Estas só foram gradualmente negadas e, por fim, aparentemente descartadas, na medida em que não representavam uma metafísica no sentido da reflexão meramente filosófica ou teológica, mas antes uma relação social real, ou seja, uma metafísica real que se encontra, de certo modo, encarnada ou embutida no processo de reprodução social. Na medida em que essa metafísica real se impôs historicamente e foi interiorizada, sua forma de reflexão filosófica pôde desaparecer, uma vez que o aparentemente evidente, axiomático e habitual não precisa mais ser pensado separadamente e já não se apresenta como entidade distinta (p. 29).

Apenas na metafísica real capitalista da modernidade é que o conceito filosófico clássico de substância se diferencia claramente na forma (forma ideal imanente-transcendente ou “transcendental”, forma do valor) e no conteúdo (mundo aplainado de modo mecanicista, fisicamente reduzido) (p. 35).

Já aqui se torna claro que o marxismo tradicional se manteve inteiramente preso à metafísica real da modernidade. Seu “materialismo”, com a eterna celebração da respectiva corrente na história da filosofia ocidental, representa apenas a reflexão afirmativa de um lado da relação de valor ou de capital, a saber, o materialismo substancial da redução em termos físicos, na qual o mundo natural já se apresenta moldado pela abstração real capitalista. É o materialismo de aniquilação de uma forma de reprodução fetichista que dilacera e tritura a biosfera terrestre. Consequentemente, no pensamento marxista, ao materialismo substancial positivamente fisicalista de uma natureza moldada destrutivamente corresponde o materialismo substancial social positivo do “trabalho”, que é agente desse ajustamento. Esse “materialismo” da ontologia do trabalho marxista e da correspondente fé mecanicista na ciência da natureza está muito longe de suplantar o idealismo formal da tradição filosófica aparentemente contrária; à semelhança do que acontece no pensamento burguês e como seu prolongamento modificado, comporta-se em relação a ele de um modo meramente complementar (p. 36).

A fim de se chegar a uma crítica plena da substancialidade negativa da relação de fetiche capitalista, não se trata de recolocar o idealismo objetivo de Hegel sob seus pés, mas de cortar a cabeça da abstração real. Esta seria a práxis libertadora e transcendente, que já não molda compulsivamente o mundo social e natural, mas destrói o próprio princípio essencial dessa práxis destrutiva. (p. 37-38)

É um fato antigo e há muito constatado que o marxismo do movimento operário em geral suprimiu ou relativizou, reduziu e diluiu o conceito de crítica na crítica da economia política de Marx, até chegar a uma “economia política” inteiramente positiva, no terreno acriticamente pressuposto da forma de fetiche moderna. É por isso que nos manuais do extinto mundo do “socialismo real” sempre se falou com a maior seriedade de uma “economia política do capitalismo” e de uma “economia política do socialismo”, em vez de se compreender e desenvolver o socialismo como crítica prática da economia política como tal. Inevitavelmente, portanto, no entendimento do marxismo, também o conceito marxiano de substância do trabalho abstrato tinha de se apresentar como inteiramente positivo, como mera definição de um estado de coisas ontológico, uma “lei natural” objetiva, que não é possível transcender (p. 39).

Enquanto o trabalho constituir o a priori da reprodução e da mediação social, ele estabelecerá a partir de si, repetidamente e com mais violência, o espaço funcional da economia empresarial como um espaço “desvinculado”, realmente abstrato, separado de todos os demais momentos da vida (p. 120).

O a priori social do trabalho abstrato como lógica da própria produção implica, assim, a desconsideração pelas necessidades elementares, a produção de bens puramente destrutivos e a redução qualitativa de todos os bens (falta de diversidade, “lixo industrial”, produção descartável, padronização estética e desestetização etc.) e, por fim, a adaptação das necessidades em geral aos imperativos do processo de valorização, até a redução ou mesmo destruição da capacidade de fruição (p. 136).

O capitalismo como socialização do valor não apenas dá origem ao espaço-tempo abstrato, homogêneo e sem história, mas estabelece ainda um tempo histórico-concreto muito específico. (142)

A emancipação social, portanto, pode consistir apenas no controle coletivo sobre o tempo histórico-concreto, precisamente destruindo e abolindo de modo consciente o espaço-tempo da economia empresarial desvinculada e superando assim a lógica da valorização do valor. Só a inclusão da reprodução no mundo da vida, a dissolução do trabalho abstrato e, com isto, da cisão de gênero, pode também acabar com a cisão e a indiferença crescente no que diz respeito aos conteúdos materiais do processo de produção. Seria o fim da separação entre vida e produção, conteúdo e forma, produção e circulação, economia e política. O processo capitalista de destruição do mundo só será detido, portanto, quando for alcançada uma integração social em que pela primeira vez na história os membros da sociedade organizem conscientemente a utilização dos seus recursos comuns (por exemplo, em uma organização de conselhos abrangente e escalonada) e, assim, determinem também, pela primeira vez, o seu próprio tempo histórico-concreto — o desenvolvimento social deixa então de ser um processo cego de catástrofes. (146).

**Imprensa:**